



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**EMYLLE SYALLA FELIPE DE OLIVEIRA
SONALYANA JALES VARELO**

**BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE COMO CHAVE DE LEITURA
PARA O NEOLIBERALISMO**

ORIENTADOR: PROF. DR. WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO

**JOÃO PESSOA - PB
JUNHO - 2022**

EMYLLE SYALLA FELIPE DE OLIVEIRA
SONALYANA JALES VARELO

**BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE COMO CHAVE DE LEITURA
PARA O NEOLIBERALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado pelas graduandas Emylle Syalla Felipe de Oliveira e Sonalyana Jales Varelo, sob a orientação do Prof. Dr. Wécio Pinheiro Araújo, para obtenção do título de bacharela em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba.

JOÃO PESSOA - PB
JUNHO - 2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436b Oliveira, Emylle Syalla Felipe de.
Biopolítica e governamentalidade como chave de
leitura para o neoliberalismo. / Emylle Syalla Felipe
de Oliveira, Sonalyana Jales Varelo. - Joao Pessoa,
2022.
52f.

Orientador : Wécio Pinheiro Araújo.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2022.

1. Foucault. 2. Biopolítica. 3. Governamentalidade.
4. Neoliberalismo. I. Varelo, Sonalyana Jales. II.
Araújo, Wécio Pinheiro. III. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 32:1

FOLHA DE APROVAÇÃO

EMYLLE SYALLA FELIPE DE OLIVEIRA
SONALYANA JALES VARELO

BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE COMO CHAVE DE LEITURA PARA O NEOLIBERALISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal da Paraíba, como requisito essencial para obtenção de grau de bacharel em Serviço Social.

DATA DE APROVAÇÃO 01/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wécio Pinheiro Araújo
(orientador)

Profa. Dra. Ana Lúcia Batista Aurino - DSS/UFPEL
(examinadora interna)

Profa. Me. Bruna Leite – Doutorando/PPGFIL-UFPEL
(examinadora externa)

Dedicamos este trabalho aos nossos avós (*in memoriam*) José Felipe, José Belarmino e Josefa Belarmino, cujos descansos marcaram o período da nossa graduação. Vocês são exemplos de força e nos impulsionaram nos momentos mais conturbados dessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Eu, Emylle, agradeço a Deus, em primeiro lugar, que me deu energia e oportunidades que me levaram à conclusão deste trabalho. Agradeço a minha mãe Edlene que sempre me incentivou e acreditou em mim e muitas vezes foi o amparo que precisei para continuar diante de todas as dificuldades. Ao meu filho Ian - a descoberta de sua vinda no primeiro período da graduação me assustou e vejo o quão tola eu fui -. A tua chegada fez com que o livro da minha vida chegasse no melhor e mais envolvente capítulo! Agradeço a tua presença em minha vida, pois sem ela não teria enxergado o verdadeiro brilho da vida. Te amo com todo meu coração e essa minha conquista teve você como minha principal motivação. Agradeço ao meu namorado Rafael e ao meu Avô por todo amor, cuidado e confiança. Agradeço aos meus amigos, em especial a minha incrível amiga Sol. Sem você eu não teria conseguido, obrigada por tudo.

Eu, Sonalyana, não consigo iniciar este agradecimento sem recordar as inúmeras mudanças na minha vida desde a decisão de início deste curso. Agradeço, primeiramente, a Deus, por orientar meu caminho me permitindo estar onde me encontro hoje. Agradeço a minha irmã Syone Jales e aos meus pais, Severino Messias e Maricélia Jales, vocês são minha base e meu foco em todos os momentos da minha vida. Agradeço ao meu namorado Luan Lima, por todo cuidado e companheirismo, ter você ao meu lado tornou tudo mais leve. A toda a minha família, Jales e Varelo e, principalmente, aos meus primos Ramon Jales e Cleiton Jales; dividir minha rotina com vocês foi extremamente especial. A minha avó, Ana Jales, por toda admiração e torcida com relação à concretização deste curso. Agradeço aos professores que marcaram toda minha trajetória estudantil, dentre eles, aquelas que me ensinaram os primeiros traços, Nana e Cláudia. Aos meus amigos, tantos os que foram frutos da graduação, quanto aos demais, sou muito agraciada por ter vocês e não conseguiria citar os nomes de todos aqui. Especialmente, agradeço a Emylle Syalla, por toda cumplicidade durante a produção deste trabalho - este processo nos mostrou o quanto juntas nos tornamos ainda mais fortes. Por fim, não poderia deixar de agradecer, de modo geral, a todas as mulheres, pois foram as lutas travadas diariamente por elas que me permitiram escrever esse agradecimento hoje.

A amizade é a soma de todas as coisas em relação às
quais pode-se obter um prazer mútuo.

Michel Foucault

RESUMO

O presente trabalho tem como tema os conceitos de biopolítica e governamentalidade em Michel Foucault, abordados a partir de uma revisão bibliográfica realizada no sentido de explorar a chave de leitura do neoliberalismo como uma racionalidade política. O *corpus* teórico utilizado nesta produção define-se por dois cursos ministrados por Foucault no *Collège de France: Em Defesa da Sociedade e Nascimento da Biopolítica*, juntamente com a coletânea intitulada *Microfísica do Poder*. Primeiramente apresentamos um epítome de como Foucault esquadrinha teoricamente a questão do poder e sua analítica. Em segundo lugar, trazemos uma abordagem sincrônica entre os conceitos de biopolítica e governamentalidade, começando por uma revisão bibliográfica do processo de construção teórica dessas categorias no pensamento foucaultiano, para em seguida chegar ao ensaio de uma aproximação crítica a partir de um estudo entre, de um lado, essa chave de leitura obtida no estudo dos conceitos foucaultianos de biopolítica e de governamentalidade – e algumas categorias teóricas correlatas, tais como discurso, poder, biopoder, etc. –, e de outro, a contextura da questão do neoliberalismo como uma racionalidade política, assim como aparece na obra *A Nova Razão do Mundo*, dos sociólogos franceses Pierre Dardot e Christian Laval. Não se trata de fazer propriamente uma análise da racionalidade neoliberal à luz da biopolítica foucaultiana, mas, sem qualquer pretensão, realizar uma primeira aproximação crítica, que se apresenta como ponto de partida para uma pesquisa ulterior.

Palavras-chave: Foucault. Biopolítica. Governamentalidade. Poder. Neoliberalismo.

ABSTRACT

The present work has as its theme the concepts of biopolitics and governmentality in Michel Foucault, approached from a bibliographic review carried out in order to explore the key to reading neoliberalism as a political rationality. The theoretical corpus used in this production is defined by two courses given by Foucault at the Collège de France: *In Defense of Society and Birth of Biopolitics*, together with the collection entitled *Microphysics of Power*. First, we present an epitome of how Foucault theoretically scrutinizes the question of power and its analytics. Second, we bring a synchronic approach between the concepts of biopolitics and governmentality, starting with a bibliographic review of the theoretical construction process of these categories in Foucauldian thought; to then arrive at the essay of a critical approach from a study between, on the one hand, this reading key obtained in the study of Foucault's concepts of biopolitics and governmentality - and some related theoretical categories, such as discourse, power, biopower, etc. – and on the other, the context of the issue of neoliberalism as a political rationality, as it appears in the work *A Nova Razão do Mundo*, by French sociologists Pierre Dardot and Christian Laval. It is not a question of properly analyzing neoliberal rationality in the light of Foucauldian biopolitics, but, without any pretension, to carry out a first critical approach, which is presented as a starting point for further research.

Keywords: Foucault. Biopolitics. Governmentality. Power. Neoliberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS FOUCAULTIANOS PARA A COMPREENSÃO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL.....	14
1.1 PODER: ELEMENTO CENTRAL NA ANÁLISE FOUCAULTIANA.....	14
1.2 BIOPODER: PODER SOBRE A VIDA.....	18
1.3 BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE.....	23
CAPÍTULO II - A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E SUA CRÍTICA	33
2.1 FOUCAULT E SUA CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO.....	33
2.2 FOUCAULT EM A NOVA RAZÃO DO MUNDO.....	37
2.3 WENDY BROWN: ANÁLISE FEMINISTA DO NEOLIBERALISMO APOIADA EM FOUCAULT.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

Em 15 de outubro de 1926, nascia em Poitiers (França), Michel Paul Foucault. Integrante de uma família de médicos, seu pai, Paul Foucault, sempre pressionava o filho para que, assim como ele, se dedicasse à medicina. Entretanto, os planos de Foucault sempre foram outros. Seus estudos em filosofia iniciaram-se em 1942. Porém, além desta graduação, também concluiu história e psicologia.

Foucault, viveu até 1984, faleceu aos 57 anos e, durante o século XX, vivenciou um contexto conturbado em decorrência das duas grandes guerras. Foi um pensador que revolucionou as ciências humanas, a partir de contribuições para diversas áreas envolvendo questões fundamentais para a vida em sociedade, de modo que fez escola em várias áreas do conhecimento e se tornou uma referência incontornável na discussão de temáticas como a loucura, sexualidade, o discurso e a produção do saber, o poder e os dispositivos de controle, a punição, a subjetividade, a ética e a estética. Entre suas obras, destacam-se suas postulações a respeito da relação entre poder e conhecimento e a forma como são usadas para controle da sociedade por meio das instituições.

Neste contexto, o objetivo do presente estudo é explanar algumas das categorias teóricas atinentes ao modo como Foucault analisa a questão do poder e suas formas de exercício, no sentido de examinar as suas aproximações com o debate contemporâneo do neoliberalismo enquanto uma racionalidade política. Para isto, por meio da pesquisa bibliográfica, realizamos uma revisão direcionada basicamente no seguinte *corpus* teórico: as obras intituladas *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2005) e *Nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2020), que correspondem a alguns dos seus cursos ministrados no *Collège de France*, juntamente com a coletânea de entrevistas publicada com o título de *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2021).

Para a aproximação crítica com o debate do neoliberalismo recorreremos à obra dos franceses Christian Laval e Pierre, *A nova razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (DARDOT; LAVAL, 2016), e também, dentro dos limites e possibilidades decorrentes da própria natureza desta exposição enquanto um trabalho de conclusão de curso, dialogamos com a principal credora das teses de Dardot e Laval, enquanto estudiosa do pensamento foucaultiano, a cientista política estadunidense Wendy Brown (BROWN, 2018; 2019).

O primeiro capítulo é subdividido em três tópicos, de modo que os conceitos foucaultianos trabalhados em cada tópico se complementam e se entrelaçam de maneira sincrônica ao longo da exposição. O primeiro tópico, Poder: elemento central na análise foucaultiana, apresenta uma introdução às bases teórico-metodológicas a partir das quais Foucault analisa o poder e suas formas de exercício. O segundo e terceiro tópicos, intitulados respectivamente, Biopoder: poder sobre a vida e Biopolítica e governamentalidade, exploram de que modo o poder provoca transformações na sociedade e de que maneira se dá a sua constituição histórica enquanto elemento constitutivo do Estado, com ênfase para os conceitos de biopolítica e biopoder.

O segundo capítulo, com o título, a Governamentalidade Neoliberal e sua crítica, inicia a sua exposição por meio do exame sobre como os estudos foucaultianos acerca da governamentalidade contribuem para a análise crítica do projeto neoliberal. De modo geral, veremos como é justamente a chave de leitura oferecida pelas concepções de biopolítica e governamentalidade que fundamenta a concepção foucaultiana de governo, com base em uma pesquisa histórica acerca da constituição dos discursos e seus rituais de verdade na construção do saber, e como este processo produz dispositivos de controle dos corpos. Esta análise tem na história sua fonte seminal, a partir do seu método genealógico acerca das origens dos sentidos das múltiplas correlações de força estabelecidas entre os indivíduos na vida em sociedade, de maneira que chegam ao lugar onde o poder é institucionalizado: o Estado. Como consequência deste processo historicamente determinado e socialmente condicionado pelas formas e usos dos saberes no exercício do poder como controle, a governamentalidade passa por uma diversificação em seu papel, tornando-se assim, capaz de estabelecer seus dispositivos de controle a partir do Estado como um de seus principais instrumentos para execução das ações de governo dos indivíduos enquanto população.

Nesta perspectiva, a segunda seção do capítulo II, Foucault em a Nova Razão do Mundo, discorre sobre essa nova razão assim dita por Dardot e Laval, quando se referem à racionalidade neoliberal. Para isso, inicia-se, resgatando o neoliberalismo clássico, a fase das três décadas gloriosas até sua queda, contexto que possibilitou a instalação do neoliberalismo. Esse cenário é considerado pelos autores como um erro de diagnóstico quando reduzido apenas a um modelo econômico, visto que o neoliberalismo foi muito além de uma retomada de modelo anterior, pois se fortaleceu diante as crises, se concretizando como um sistema normativo. Para finalizar, a última seção, intitulada Wendy Brown: Análise feminista do neoliberalismo apoiada em Foucault, insere, através das postulações da autora, a afirmação de

que a lógica neoliberal intensifica opressões já existentes. Assim, a democracia é consequentemente, silenciada, e a barbárie humana, alimentada, pois é em meio a essa realidade de retrocessos de conquistas humanas que o neoliberalismo se mantém presente na sociedade.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS FOUCAULTIANOS PARA A COMPREENSÃO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Este capítulo está dividido em três seções, nas quais trataremos dos seguintes conceitos de Foucault: Poder, Biopoder, Biopolítica e Governamentalidade.

1.1 Poder: elemento central na análise foucaultiana

Em meados da década de 1970, Michel Foucault, historiador, filósofo e teórico social, discursou sobre uma nova compreensão de poder¹, que mais tarde se tornou pública principalmente nas obras *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2004), *História da sexualidade I* (FOUCAULT, 2017) e *Microfísica do poder* (FOUCAULT, 2021). A análise foucaultiana apresenta uma concepção inovadora à sua época, pois, tradicionalmente, até as décadas de 1950 e 1960, a visão predominante e estruturalista considerava as instituições estatais como monopolizadoras do então poder, de modo que este era tido como algo concebido exclusivamente ao soberano ou às designações estatais.

Essa visão hegemônica anterior ao pensamento foucaultiano era uma noção caracterizante do período absolutista em que o poder era associado à legitimação do soberano, acreditando que “a partir da multiplicidade dos indivíduos e das vontades, é possível formar uma vontade única, ou melhor, um corpo único, movido por uma alma que seria a soberania” (FOUCAULT, 2021, p. 283). Exemplos desta concepção estão nos escritos de Hobbes, a exemplo da obra intitulada *Leviatã*, que formula uma chave de leitura para a relação do poder centralizado na figura do Estado.

Foucault critica as considerações de pensadores como Hobbes que defendiam o poder de soberania, pois ao analisar a dominação elementar, o francês identificou que mesmo se na soberania o poder estivesse centralizado no soberano, o poder deve ser analisado também a partir de como os súditos foram constituídos gradualmente, e como a sujeição se constitui através das suas correlações de forças, bem como nos seus processos de subjetivação. Segundo ele:

¹ É importante frisar que, para Foucault, as teorias do poder na lógica jurídico-discursiva são bastante limitadas. Não seria equívoco associar esta teoria clássica à concepção do senso-comum, visto que seria a forma mediata de compreendemos o poder no nosso cotidiano. Nesta perspectiva, o poder é associado a algo ou alguém que o detém, ou seja, seu elemento principal é a lei e o ator principal, o soberano.

enquanto homem construído, o Leviatã não é outra coisa senão a coagulação de um certo número de individualidades separadas, unidas por um conjunto de elementos constitutivos do Estado; mas no coração do Estado, ou melhor, em sua cabeça, existe algo que o constitui como tal, e este algo é a soberania, que Hobbes diz ser precisamente a alma do leviatã. Portanto, em vez de formular o problema da alma central, creio que seria preciso procurar estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos do poder (FOUCAULT, 2021, p. 284).

Foucault (2005; 2017) distancia-se da perspectiva de pensadores até então, à medida que analisa não somente o soberano, mas todo o corpo social, de forma a investigar as relações e as formas de sujeição que reproduzem o poder de modo microfísico. Através do seu método genealógico, Foucault (2021) possibilita um deslocamento no tocante às teorias jurídico-políticas tradicionais, superando a noção de poder unicamente associada às leis e ao Estado. Desse modo, Foucault concentra-se na concepção teórico-metodológica, denominada mais tarde por ele como “analítica do poder”, na qual sua ideia central enfatiza a compreensão do poder não somente como algo negativo, mas sobretudo como processos formativos das relações sociais. Portanto, o poder que deve ser investigado na sua operacionalidade e no seu funcionamento. Em outras palavras, segundo o autor, o poder acontece ao formar redes e produzindo as correlações de forças sociais que irão modelar as instituições por meio das quais ele adquire centralidade no Estado. Nessa direção, importa:

[...] demonstrar que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e se estendem por toda a sociedade. Digamos assim: não apenas o Estado, na modernidade, foi o centro de controle e de formação da sociabilidade; instituições como a escola, as ciências, a fábrica, o quartel, o hospício, etc., também foram fundamentais (DANNER, 2010, p 145).

Conforme explica Candiotti (2010, p. 34), “o poder deixa de ser deduzido de formas terminais, para ser situado como efeito da correlação entre forças germinais”. Neste sentido, o poder passa a ser analisado como um conjunto de processos em movimento, alicerçado na noção de que este se estabelece em dispositivos. Mais do que uma busca por definições e concepções, a análise foucaultiana investiga a formação, o funcionamento e as estratégias dos dispositivos do poder, de modo que a noção de poder se distancia da percepção de algo centralizado nas grandes instituições. Assim, o Estado que antes era associado como uma unidade centralizadora do poder, é enxergado não mais como ponto de partida das relações, mas sim como uma de suas formas terminais resultantes da multiplicidade de forças que se apresentam como campo de ação, isto é, “a unidade sempre deriva da multiplicidade” (CANDIOTTO, 2010, p.34). Segundo Foucault:

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. Exemplificando: em vez de tentar saber onde e como o direito de punir se fundamenta na soberania tal como esta é apresentada pela teoria do direito monárquico ou do direito democrático, procurei examinar como a punição e o poder de punir se materializam-se em instituições locais, regionais e materiais, quer se trate do suplício ou do encarceramento, no âmbito ao mesmo tempo institucional, físico, regulamentar e violento dos aparelhos de punição. Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 2021, p. 282).

Candiotto (2010) destaca que Foucault não pretendia criar uma teoria, mas sim despertar e conceder uma nova forma de análise do poder no campo da ação, analisando os meios pelos quais ele é capilarizado nas relações sociais, de modo que não se conseguia enxergar de imediato por estar envolto por situacionalidades e reproduzido no cotidiano. Melhor dizendo, como afirma Foucault (2021), o poder não é um objeto natural ou uma coisa, é uma prática social e, devido a isso, é constituído historicamente.

Essas relações são concebidas pela: família, amizades, relações de trabalho, dentre outras, forjando o que o autor denomina como as “microrrelações de poder”, de modo que se evidencia a independência do Estado ou de instituições para que sejam reproduzidas. Para Foucault (2017), as microrrelações reproduzem o governo e o controle de um indivíduo no(s) outro(s), assim o poder é exercido de maneira habitual, ou seja, os indivíduos o exercem na maioria das vezes sem perceberem. Com isso, suas contribuições devem ser elucidadas sobretudo nas pequenas e múltiplas determinações microfísicas da sociedade, em seus vários níveis e pontos diferentes da rede por meio da qual se constitui socialmente o poder.

Esses pontos fundamentam a defesa de Foucault de que o poder pode ou não estar integrado ao Estado, e se expande por toda a sociedade intervindo materialmente e atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos, a saber: o corpo. Nessa direção, Foucault (2021) analisa que a Idade Média, por exemplo, marcada pelo absolutismo monárquico, condicionava os súditos às ações do rei, alicerçada na ancestralidade e questões sucessivas de caráter consanguíneo, efetivando-se, assim, por meio da “microfísica do poder”.

A passagem de uma arqueologia do saber para a genealogia do poder permite-nos a compreensão da multiplicidade como um campo de ações possíveis. No entanto, é intrínseco a este campo as limitações que este mesmo sofre, visto que as artes de governar limitam a própria unidade da forma de soberania, constituindo um emaranhado de possibilidades de

governar os outros e de governar a si mesmo, no qual a macropolítica é indissociável da micropolítica. Com isso, torna-se mais evidente a desvinculação do poder em uma concepção vertical, como também uma visão do poder multidirecional que está presente em toda a sociedade e nos mais variados discursos.

O poder é então organizado por elementos atuantes em diversos níveis sociais. De acordo com Leite (2020, p. 81), através do poder disciplinar são operados sob o corpo as técnicas e os mecanismos, de modo a obter controle. Simultaneamente, sob o comportamento, as estratégias e os dispositivos buscam estabelecer determinadas ações regulamentando as práticas sociais, alinhando-se com a biopolítica. O biopoder é alicerçado no discurso, que por meio da produção de “verdades” regulariza dispositivos socialmente sutis com relação às submissões que impõem. Portanto, não há como dissociar o poder e o conhecimento, visto que este último é proveniente das próprias relações do poder por meio das quais se produz e se constitui o saber. Por isso, para Foucault (2008a), no processo de conhecimento é necessário ir para além do senso comum, sendo importante analisar e conhecer as relações históricas e políticas que perpassam determinada forma de saber

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; (...) um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; (...) um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; (...) finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2008a, p. 204).

Em *A arqueologia do saber* (2008a), Foucault identifica os seguintes aspectos: a) O poder funciona em cadeia correlacionando indivíduos que fazem uso do poder e sofrem também a sua ação, como uma rede de dispositivos; b) Ele distribui-se por toda estrutura social consolidando-se como uma prática, visto que o centro de sua análise se concentra nos ‘micropoderes’; c) O poder não pode ser explicado unicamente por sua vertente repressiva. É mais complexo: desenvolvem-se tecnologias de poder que atuam por meio de dispositivos disciplinares na domesticação e criação de corpos dóceis, para a maximização da economia. Essa domesticação cumpre a tarefa formativa, e não apenas repressiva, de diminuir a capacidade de resistência política dos indivíduos, ou seja, acaba que a sociedade se apresenta como um corpo social que vive constantemente tendo sua liberdade regulada. Inclusive essas premissas em torno do poder são recolocadas em sua obra *História da Sexualidade* (2017), na

qual analisa como a sexualidade se desenvolveu, desde a Era Vitoriana século XVII até o século XX. Identificando que a sexualidade foi estimulada como uma vontade de saber e parte de estratégias de controle, essa obra tem como enfoque a relação entre o discurso, poder e sexualidade.

Neste sentido, é sob os dispositivos de poder que as relações sociais adquirem certas disciplinas e regras que organizam os modos de viver, de maneira que o corpo social não consiga identificar que está submetido a uma certa governança e controle, formando o que a autora Leite (2020, p. 83) compreende como “sujeitos sujeitados”, pois “o poder se configura na capacidade de, sem o uso da violência, conduzir as condutas dos indivíduos”. Por isso o poder também é uma força de caráter produtivo, sendo sempre exercido por uma pessoa sobre outra(s) de maneira sutil e constante, em uma dinâmica na qual a liberdade se concretiza como um elemento estratégico para o exercício do poder, ao mesmo tempo em que produz um antagonismo e uma tensão em sua própria dinâmica, pois não há poder sem liberdade e não há liberdade sem poder. Dessa forma, é necessário que exista a liberdade para que o poder seja exercido, pois, se ela sucumbisse viveríamos uma constante coerção violenta e sem possibilidade de libertação.

Consoante ao que foi dito anteriormente, podemos afirmar que nossa subjetividade está em movimento contínuo de sujeição e ressujeição² de reificação do poder e de exercício da liberdade para as relações de si para consigo, de si para com o outro e de si com o ambiente/sociedade. Portanto, se a relação com o outro constitui a subjetividade, sendo ela uma relação de poder, então há espaço para o exercício da liberdade na constituição de si. E, sendo a liberdade a condição ontológica da existência do poder, só existe poder pela possibilidade de conduzir a conduta do outro. Por isso, a biopolítica torna-se tão efetiva no controle dos corpos, visto que permite aos sujeitos se reconhecerem juridicamente como livres ao mesmo tempo em que geram tecnologias de vigilância, controle e gestão de comportamentos no intuito de governar a liberdade, nos colocando em um estado de obediência e submissão.

1.2. Biopoder: poder sobre a vida

² “Ressujeição” esta que ocorre devido à atualização dos dispositivos de poder. Ademais, o indivíduo moderno está envolto pelas disciplinas em um processo de sujeição que os transforma em corpos marcados pela vigilância. Desse modo, o processo de subjetivação ocorre em paralelo ao de objetivação, pois a sujeição que o controla na sua relação consigo mesmo permite o controle de outrem também, conseqüentemente o objetivando.

Biopoder, conceito foucaultiano, significa “poder sobre a vida”, e destaca-se como um poder que incide sobre os corpos de maneira individual através das disciplinas, e pela biopolítica que visa ao controle do comportamento social. No pensamento foucaultiano, o corpo dos indivíduos como alvo do poder foi descoberto durante a Idade Clássica³, porém, suas análises datam da década de 1970, na qual ele procura mais do que definir, se preocupa “em expor sua centralidade nos dispositivos de poder” (LEITE, 2020, p. 47), ou seja, analisar as influências que o corpo sofre. Nessa perspectiva, é necessário compreender como o trato com o corpo se modificou, analisando, junto disso, como o poder se manifesta conforme o desenvolvimento industrial, o capitalismo e as decorrentes alterações das relações de poder na sociedade, tendo em vista a relevância que o biopoder e suas ramificações (disciplina e biopolítica) ganham a partir da modernidade (LEITE, 2020, p. 22).

Logo, é importante lembrar que o modelo de organização que orientava a sociedade até o final do século XVII era o feudalismo, contexto demarcado por castas, da relação entre senhores feudais e vassalos e da submissão destes ao poder do soberano, de modo que o rei detinha em suas mãos o controle da vida e da morte dos demais membros. Da Idade Média até o século XVIII, a prática da punição possuía suporte essencialmente nos direitos legítimos do soberano, de forma que era realizada de maneira corpórea através de condenações como espetáculos públicos de dores e sofrimentos. Entretanto, na sociedade moderna, período que demarca a passagem do poder soberano para o biopoder, a ideia de que o corpo é o lugar punitivo se desloca para uma nova forma em que se pune a alma, através de características mais racionalizadas, realizadas por instituições que exercem poder de coerção sobre os indivíduos.

Assim, a sociedade moderna, marcada pelo início da industrialização e por transformações sociais no que tange à relação entre o proletariado e a burguesia, incidiu na concentração das forças de produção e na busca de retirada do máximo de vantagens. Ou seja,

³ Importante frisar que o classicismo de que falamos não é em referência à Antiguidade Grega, e sim a experiência clássica em relação à loucura, no qual Foucault, em sua obra *História da Loucura na Idade Clássica* (1978), buscou compreender como se operam as tecnologias de exclusão dos corpos, tendo como exemplo: a loucura. A loucura na Idade Clássica não está ligada a uma patologia, mas a uma estratégia que se operava sobre os corpos de modo coercitivo e objetivando o controle, como, por exemplo, o caso dos leprosários na Idade Média, que inicialmente existiam apenas pela questão médica e, na medida em que a doença foi sendo tratada e curada, não há mais necessidade de utilizar essas grandes construções; na Idade Clássica, os leprosários passam a ser utilizados para além de questões médico-sanitárias, adquirindo acepções que consideram questões políticas, sociais, culturais, religiosas e morais para o processo de internamento. Esse período ficou conhecido como “Grande Internamento” (FOUCAULT, 1978).

a força de trabalho enquanto massa de trabalhadores que garantiria o lucro não poderia ser considerada como inimiga. Desse modo, evidencia-se a necessidade de um controle minucioso, realizado por meio de uma operacionalização constantemente empregada sobre os corpos, a fim de objetivar um aumento de produtividade e redução de custos provenientes da desobediência.

Foucault (2021) observa então que o corpo passou a ser tratado com o objetivo de formar, reformar e ser corrigido sob as instâncias de controle no início do século XIX. Em “Soberania e Disciplina”, um dos cursos ministrados no *Collège de France* em 1976, expõe que o poder “se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento” (FOUCAULT, 2021, p. 282). Ele explica que as disciplinas como modalidade do poder enquanto mecanismos e instrumentos de controle dos corpos asseguram uma docilidade e uma normalização dos indivíduos em sociedade, pois elas trabalham o corpo do indivíduo, modelam sua subjetividade e produzem o seu comportamento, tornando-o adequado para a manutenção e o funcionamento da sociedade industrial e capitalista (FOUCAULT, 2004). Destaca-se neste momento o desenvolvimento da Pastoral Cristã, o qual:

visava controlar os indivíduos e suas relações, através da formação de uma moralidade cristã reguladora, que definia o que era pecado e o que era permitido. Desse modo, constituíram-se normas para a convivência social e privada, que determinavam as formas de viver e como as relações deveriam ocorrer, e ainda estabelecendo as maneiras como o corpo deveria aparecer (LEITE, 2020, p. 27).

Para melhor efetivação do capitalismo, o corpo é então controlado por diversos mecanismos sociais, de modo que práticas como masturbação e reprodução foram modeladas por diversas intuições educacionais e religiosas. Segundo Leite:

o período em que se inicia a repressão sobre o sexo, no século XVII, é o mesmo em que o sistema capitalista está em ascensão, bem como a emergência da classe burguesa, que necessitava impor suas necessidades à sociedade (LEITE, 2020, p. 27).

Portanto, a sociedade produz e reproduz formas de disciplinamento aplicadas nos diversos âmbitos sociais como escolas, hospitais, fábricas e prisões, visando ao adestramento do indivíduo moderno por meio de um conjunto de técnicas que Foucault nomeia como “fabricação de indivíduos-máquinas”. No livro *Vigiar e Punir* (2004), o processo de fabricação do indivíduo é associado a um soldado, tendo em vista que as qualidades deste personagem não são imanentes em todos os homens e a sua fabricação passou a ser exercida

por meio da disciplina militar dos corpos implementada nos quartéis. Neste sentido, a genealogia foucaultiana não compreende esta técnica como algo superado ou algo que se resume ao exemplo mencionado, mas sim como algo que se generaliza socialmente, moldando sujeitos e sutilmente estrutura a microfísica do poder.

Diante disso, Foucault (2004) elucida que para a efetivação permanente das disciplinas é necessário o emprego de instrumentos, dentre os quais se destaca o modelo panóptico. Foucault recupera o termo utilizado pelo jurista e filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832), o qual resgata o conceito de panóptico enquanto uma estrutura arquitetônica, para referir-se principalmente às prisões, mas que poderia ser aplicável a qualquer estabelecimento que necessitasse de inspeção. Segundo Foucault (2004), mais que uma estrutura física, ou seja, uma construção, o panóptico permite a introjeção da norma social de forma que gera uma autovigilância, introjetando uma normatização nos processos de subjetivação de cada indivíduo. As normas, portanto, são a essência do poder, tendo em vista que para ser efetivado este se respaldará de mecanismos capazes de regular e corrigir os indivíduos.

A disciplina surge então como um instrumento de poder que funciona em redes, penetrando as instituições e os aparelhos de Estado. Este dispositivo de poder atua sobre o corpo individualizado de forma que permite a submissão das pessoas sem que seja necessário o uso da força física, atuando como um “laboratório de poder”. O efeito de uma observação constante incide em ações independentes de uma vigilância efetiva devido ao fato de o indivíduo nunca saber se está ou não sendo vigiado, aumentando assim a eficácia de imposição de determinados padrões comportamentais. Identifica-se então o panoptismo como um arranjo social, ou melhor, um novo princípio de organização social formado sobre uma nova lógica de poder: o poder disciplinar.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2021, p. 52).

Logo, observa-se que a relação entre poder e discurso se torna elementar para a reprodução do biopoder na sociedade, tendo em vista que por meio dela é possível realizar a manutenção e a atualização dos dispositivos nas diversas esferas sociais. Nesta perspectiva, a

formulação de discursos a respeito do corpo orientou dispositivos de poder que tendiam à função de disciplinar.

Entretanto, Foucault também elucida que, não apenas de maneira individual, o biopoder também é marcado por articulações que incidem populacionalmente. Por exemplo no contexto de aparecimento do conceito em questão, em que ocorreu a criação do sistema judiciário que passa a ser segmentado entre membros da sociedade e dissociado da figura do rei. Outrossim, exemplos como o aprisionamento para estudos dos considerados loucos também fundamentam a tese de que:

o “biopoder”, enquanto principal forma de exercício de poder, articula seus mecanismos em diferentes níveis da vida: individualmente sobre o corpo dos indivíduos, por meio das disciplinas, e coletivamente sobre o comportamento das populações, por intermédio da biopolítica. A união da disciplina sobre os corpos e da biopolítica sobre a população constituem “[...] dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações” (FOUCAULT, 2013a, p. 151 apud LEITE, 2020, p. 30), tendo em vista que os dispositivos biopolíticos complementam as técnicas disciplinares (LEITE, 2020, p. 30).

Seguindo esta lógica, o pensamento de Foucault permite-nos reconhecer a natureza biopolítica das relações de poder – do que trataremos melhor mais à frente –, isto é, voltada ao controle do comportamento através da disciplinarização dos corpos, sobretudo no que diz respeito à questão de classe e seus processos de subjetivação na sociedade moderna. A partir dele, podemos perceber que o poder do discurso exerce uma dominação de natureza biopolítica que atua no controle dos corpos, não apenas fisicamente, mas sobretudo subjetivamente, a exemplo de como a questão do discurso e da produção de “verdades” (LEITE, 2020), enquanto uma forma de poder, se desenrola no campo mais específico da luta de classes.

Assim, o discurso apresenta-se como um conduto de passagem das formas de dominação decorrentes das relações de poder estabelecidas e vivenciadas ideologicamente no âmbito das tensões entre Estado e sociedade civil. Não obstante, a produção do saber é fundamental na concretização de um sistema político ancorado no domínio disciplinar e na vigilância constante do seu corpo social. Desse modo, é preciso produzir uma multiplicidade de falas, mas, havendo também a produção de uma multiplicidade de silêncios que atuam em estratégias de conjunto ao lado e com relação ao que é falado, compondo assim uma articulação de campos de ação do poder. Neste contexto, o discurso aparece enquanto parte de

uma estratégia maior que inclui o não dito e que pode inclusive agir pelo silêncio e fala ao mesmo tempo.

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 2021, p. 367).

Nessa perspectiva, essas técnicas e práticas conduzem a determinados comportamentos sem questionamentos, atingindo não só os corpos individuais, mas objetivando os grupos e as classes sociais, caracterizando, portanto, a biopolítica como um instrumento de maximização do Estado. Por conseguinte, o plano de fundo que se apresenta para Foucault foram suas pressuposições para a problematização acerca da categoria teórica da governamentalidade, na qual a gestão governamental e as disciplinas estão articuladas, levando ao desenvolvimento de dispositivos que modelam a subjetividade dos indivíduos e conduzem as suas condutas. Algo que não diz respeito apenas ao modelo econômico ou ao domínio da economia, mas estende-se à família, educação, mídia, saúde, ou seja, para o domínio social integral do controle das vidas. Assim, os indivíduos constituídos como “sujeitos sujeitados” são moldados pelos dispositivos de poder, segundo Leite (2020, p. 82), especialmente pelos biopolíticos, que têm se tornado mais eficazes com o transcorrer do tempo, ponto que será discutido no decorrer do trabalho.

1.3 Biopolítica e governamentalidade

Baseado na concepção foucaultiana, o biopoder é expresso de duas formas, no que concerne à passagem de uma anátomo-política do corpo humano – alicerçada na individualização – para uma biopolítica da espécie, por meio da qual se reconhece ser humano como homem-espécie de maneira massificada. Como desenvolvido na seção anterior deste trabalho, a primeira forma está relacionada à perspectiva de disciplinar os corpos objetivando maior produtividade a partir da reprodução de controles por meio de instituições como escolas, hospitais, prisões etc. Foucault denomina “biopolítica” a outra forma complementar do biopoder, sendo essa um neologismo que permite a compreensão do desenvolvimento de conhecimentos, leis e medidas políticas desde o final do século XVII, que objetivam o

controle de fenômenos sociais a partir da submissão sincrônica dos indivíduos, diferentemente da maneira individual que ocorrem com as disciplinas. Segundo Foucault:

[..] trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. Pois aí não se trata, diferentemente das disciplinas, de um treinamento individual realizado por um trabalho no próprio corpo. Não se trata absolutamente de ficar ligado a um corpo individual, como faz a disciplina. Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 2005, p. 293-294).

Nesta perspectiva, mais do que ações ao corpo individual, a biopolítica é a intervenção sobre as massas a partir da utilização de diversos saberes a respeito de processos biológicos, de modo que o foco com a biopolítica é a população, o corpo social. “É um novo corpo, um corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças [...]. É a noção de população” (FOUCAULT, 2010a, p. 206). Nos escritos de *Em defesa da sociedade* (2005, p. 290), Foucault discursa que mecanismos como natalidade, mortalidade, longevidade, dentre outros, alicerçados na biologia e na ciência econômica, possibilitam uma política que almeja melhoria da população sob uma perspectiva de obter maior produtividade, no sentido de que se apodera dos indivíduos por meio do controle dos seus corpos. Torna-se evidente, portanto, a associação do biopoder à evolução do capitalismo, uma vez que esse modo de produção e reprodução social tende ao crescimento indefinido e objetiva o aumento incessante de lucro. Dessa forma, na tensão entre escassez e riqueza carrega-se a necessidade da biopolítica enquanto uma tecnologia de poder contínuo sobre a população, sustentada sob a forma de regulamentação sobre a vida, mecanismo este capaz de exercer uma governamentalidade alicerçada no lucro e na competição a partir de influências na sociedade.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no

acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (FOUCAULT, 2017, p.154).

Foucault percebe que não vivemos mais em uma sociedade de soberania ou sociedades disciplinares, mas sim em sociedades de segurança, de controle, as quais são as maiores consumidoras de comportamentos e de liberdade. Entretanto, é importante considerar que um poder não anula o outro, pelo contrário, o poder disciplinar e o poder regulamentador são articulados, e os indivíduos são subordinados a eles simultaneamente. “Isso porque as técnicas disciplinares prepararam o corpo para os novos dispositivos implementados pela biopolítica, que objetivavam atuar sobre o “homem-espécie”, por meio de processos de massificação” (LEITE, 2020, p. 38). Exemplo disso pode ser observado no âmbito da sexualidade que, além de ser respaldada enquanto comportamento corporal tendendo-se ao controle disciplinar, também se insere na perspectiva biopolítica no que diz respeito aos efeitos de procriação em processos biológicos que se ampliam a toda população. Em suma, a norma é identificada como o elemento que permitirá a articulação entre essas duas ramificações do biopoder.

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço, essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Assim, a análise biopolítica critica as ações normativas sobre a vida, no sentido de que dispositivos morais e jurídicos assumem a gestão da vida biológica exercendo uma “coerção” do ser para que, a partir disso, seja possível uma intervenção política sobre os indivíduos. Na base dessa discussão, Foucault identifica na formação do poder a partir do biopoder e da biopolítica os opostos, vida e morte, tendo em vista que na lógica biopolítica a morte de alguns garante a existência de outros. Assim, massacres e extermínios complementam o poder que busca aperfeiçoar processos vitais, o que concede a explicação de fenômenos como o racismo de Estado que representa “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal)” (FOUCAULT, 2005, p. 305).

Nesta perspectiva, na aula de 17 de março de 1976, exposta no livro *Em defesa da sociedade* (2005), Foucault apresenta uma das transformações do direito político do século

XIX, tendo em vista que o velho direito de soberania é então complementado com um poder inverso. O filósofo identifica o poder do soberano como um poder sobre a vida e a morte.

Isto quer dizer no fundo que, em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto. Em todo caso, a vida e a morte dos súditos só se tomam direitos pelo efeito da vontade soberana (FOUCAULT, 2005, p. 286).

A transformação supracitada diz respeito, portanto, à instalação de um poder que irá complementar o poder de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo: "fazer" viver e de "deixar" morrer. Pois, se o contexto circunscrito pelo poder do soberano designava ao rei o direito de provocar a morte, com a biopolítica, mecanismos são incorporados visando impulsionar a vida, ou seja, o “fazer viver” e o espaço da morte tornam-se cada vez mais privados. O Estado moderno atua então “[...] para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências” (FOUCAULT, 2005, p. 295).

Essas considerações são a base para compreensões a respeito da questão apontada por Foucault, a exemplo de quando ele questiona “Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?” (FOUCAULT, 2005, p. 304). Para o autor, podemos associar esse questionamento ao racismo, de modo que o racismo é a circunstância para exercer o direito de matar diretamente ou indiretamente, identificando nele, o objetivo biopolítico de eliminação, uma vez que esse objetivo resulta em uma tendência de redução da própria espécie ou de determinada raça. Em outras palavras, a biopolítica seleciona uma população traçada em um perfil de sujeito. Para que este seja efetivado em um progresso, a eliminação de um outro grupo deve ser realizada.

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Assim, percebe-se a relação de políticas racistas a uma perspectiva distorcida da teoria evolucionista de Darwin⁴, possibilitando ao racismo uma convicção de que a relação do tipo biológico depende da eliminação de uma espécie para o beneficiamento de outra. Ou seja, no sistema de biopoder, a morte está atrelada à eliminação do perigo biológico e ao favorecimento da própria espécie, o que incide no fato de que o racismo seja reproduzido enquanto ferramenta do Estado, justificada enquanto técnica para processos como massacres, genocídios etc. Neste caso, o racismo, portanto, é considerado enquanto mecanismo essencial do poder, de forma que Foucault (2005) identifica que quase não há Estado moderno que não o utilize. Sendo assim, é possível a identificação desse elemento de biopoder em modelos como o nazismo ou o socialismo, de modo que explicita que esse ideário racista é conduzido para o corpo social, de modo a se reproduzir não unicamente pelo Estado, mas estendido ao longo de toda sociedade.

Assim sendo, o pensador francês conceitualiza a atividade do Estado como uma ação do governo sobre a vida biológica dos indivíduos, sobretudo enquanto uma ação sobre a vida de uma população. Nesta direção, outro conceito foucaultiano que podemos destacar neste debate acerca da relação entre indivíduos e suas condutas é a governamentalidade.

Diferentemente de mecanismos biopolíticos que focalizam a vida, a governamentalidade tratará de **como** os sujeitos podem ser mais governados e produtivos. Após o curso "Nascimento da Biopolítica", Foucault apresenta o termo "governamentalidade", modificando seu foco de análise, momento que demarca a terceira fase do pensamento do autor, considerado período "ético" (anos 1980), em que ele retorna aos antigos, ao cristianismo primitivo, observando as artes de governar. A morte prematura do autor não nos permitiu o "fechamento" dessa questão da ética, considerando que o último curso no *Collège de France* fala sobre a "parresia" como "coragem da verdade" a partir da ética, e não mais da política. No entanto, no conjunto da sua obra podemos encontrar importantes esclarecimentos e hipóteses que permitiram novas investigações acerca do tema.

Em o *Nascimento da Biopolítica* (2008b), obra na qual refere-se ao curso dado entre 1978 e 1979 no *Collège de France*, Foucault formulou a tese acerca da biopolítica e durante a ampliação de sua compreensão desta temática reinscreveu uma nova questão referente à "arte de governar", que mais tarde foi ressignificada para o conceito de governamentalidade. Diante

⁴ A teoria evolucionista de Charles Darwin foi publicada em 1859, com o título "A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza" em que ele defende a seleção natural como forma de adaptação ao meio. Cf. DARWIN, 2003.

esses apontamentos, Foucault (2008c, p.143) discorre que o nome dado ao curso - *Segurança, Território e População* - seria mais corretamente nomeado de história da “governamentalidade”, conceituado em linhas gerais como:

conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008c, p. 143-144).

Nessa perspectiva, Foucault opõe-se aos escritos de Maquiavel, pois em “*O Príncipe*” é apresentada uma concepção anacrônica orientada pela conservação, manutenção e proteção do poder, uma vez que no principado, por ser exterior⁵, o soberano é “constantemente ameaçado externamente por inimigos que querem tomá-lo, e internamente, por aqueles súditos que não aceitam sua soberania” (CANDIOTTO, 2010, p. 36). Para Foucault (2008c), a figura do bom rei do período medieval é substituída por uma figura que almeja a ascensão de um governo sendo necessário o desenvolvimento de domínios para gerir a população. “Desde logo, percebe-se que o modelo medieval de rei justo e bom é mais pernicioso ao seu país do que o soberano que se serve de todos os meios, inclusive ilícitos, para conservar o Estado que ele recebeu” (CANDIOTTO, 2010, p. 35); diferentemente, portanto, do que era proposto por Maquiavel, de que o governo era apenas designado pelo soberano, com os pensamentos foucaultianos apoiados nos escritos de Guillaume La Perrière:

Quando se utiliza o verbo “governar”, entende-se por isso o governo do lar, o governo das almas, o governo das crianças, o governo de uma província, o governo de uma ordem religiosa, inclusive o governo de si mesmo. Essa multiplicidade das artes de governar observadas no século XVI foi fundamental para a proposição foucaultiana de uma genealogia da governamentalidade em face da teoria da soberania (CANDIOTTO, 2010, p. 36).

⁵ “O príncipe de Maquiavel recebe seu principado seja por herança, seja por aquisição, seja por conquista; de todo modo, ele não faz parte dele, é exterior em relação a ele. Portanto, não há pertença fundamental, essencial, natural e jurídica entre o príncipe e seu principado” (FOUCAULT, 2004a, p. 95 apud CANDIOTTO, 2010, p.36).

Outro ponto em que se diferem as formulações de Maquiavel dos pensamentos de Guillaume La Perrière diz respeito à questão de território. Se, para Maquiavel, “o fundamento do principado [...] é o território, sendo que as pessoas, seu solo, seu clima são somente suas variáveis” (LA PERRIÈRE, 1567, in Foucault, 2004a, p. 99, 115, nota 15 apud CANDIOTTO, 2010, p. 37), para La Perrière esse conceito não é mencionado; o autor utiliza o termo “coisa” para condução das finalidades da sociedade, o qual é interpretado por Foucault como complexidade da relação entre os homens e as coisas.

Quer dizer, constituem objetos de governo os homens nas suas relações com as riquezas, com os recursos e com o território, com os costumes, hábitos, maneiras de fazer e de pensar; eles permanecem como objetos de governo quando a preocupação do governante é com os acidentes e infelicidades, tais como a fome, as epidemias, a morte. “O essencial é, pois, esse complexo de homens e coisas; esse é o elemento principal, o território, a propriedade não sendo dele senão, de algum modo, uma variável” (FOUCAULT, 2004a, p. 100).

Seguindo essa perspectiva, CandiOTTO (2010) afirma que:

Portanto, a ideia segundo a qual aquilo a que se governa são os indivíduos, ideia essa que vem da economia em referência ao modelo do pai que governa a família, já estava presente no pensamento político do século XVI (CANDIOTTO, 2010, p. 37)

Nesse sentido, Foucault, compreende as artes de governar desde o século XVI e até o final do século XVIII como diferentes possibilidades de governar, tanto os outros quanto a si mesmo. De acordo com o autor:

Supondo-se portanto que “governar” não seja a mesma coisa que “comandar” ou “fazer a lei”; supondo-se que governar não seja a mesma coisa que ser soberano, ser suserano, ser senhor, ser general, ser proprietário, ser mestre-escola, ser professor; supondo-se portanto que haja uma especificidade do que é governar, seria preciso saber agora qual é o tipo de poder que são visitadas no século XVI nessas artes de governar de que lhes falei, que são igualmente visitadas na teoria e na prática mercantilistas do século XVII; enfim, que são visadas- e que chegam então a certo limite, como disse da última vez, se bem me lembro, de ciência, creio que a palavra é totalmente inadequada e catastrófica, digamos a um certo nível de competência política-, que são visadas, grosso modo, na doutrina fisiocrática do “governo econômico” (FOUCAULT, 2008c, p. 155-156).

Trata-se, então, de um tipo de governo que tende a associar o controle por parte do Estado ao desejo dos indivíduos, de modo que essa dimensão seja reproduzida de maneira quase que silenciosa socialmente. Em outras palavras, seguindo a lógica de Foucault, é um governo que se atém às variáveis dos acontecimentos, de tal forma que pontos como doenças,

organização das cidades, saneamento básico, dentre outros, são itens que passam a ser responsabilidade estatal almejando conduções de condutas que aumentem a expectativa e a eficiência da vida da população. A governamentalidade está então associada ao processo de formação histórica das formas reflexivas de governo. Em seus escritos e em suas exposições, Foucault salienta motivos pelos quais a arte de governar formulada no século XVI foi bloqueada no século XVII, segundo ele:

Essa arte de governar não pôde adquirir sua amplitude e sua consistência antes do século XVIII. Ela ficou, de certo modo, bastante encerrada no interior das formas da monarquia administrativa. O fato de que essa arte de governar tenha permanecido assim, um tanto envolvida em si mesma ou, em todo caso, prisioneira de estruturas [...] tem, a meu ver, um certo número de razões (FOUCAULT, 2008c, p. 134).

Diante disso, Foucault elucida primeiramente as razões históricas, apontando que as artes de governar só podem ser exteriorizadas em períodos de expansão, o que não foi vivido no século XVII, contexto que demarca a Guerra dos Trinta anos, revoltas e crise financeira. Politicamente, a predominância da soberania atravancou um desenvolvimento das artes de governar, como observado com o mercantilismo, considerado por ele como “primeiro esforço [...] dessa arte de governar (FOUCAULT, 2008c, p. 135)”. Entretanto, mesmo o mercantilismo “tenha constituído um saber de Estado utilizado como tática de governo, na verdade, ele não visava ao crescimento do Estado, mas essencialmente ao incremento da potência do soberano” (CANDIOTTO, 2010, p. 38).

Assim como explora a contenção das artes de governar, Foucault investiga também o seu desbloqueio, que para o autor:

[...] tal como o bloqueio, tem de ser inserido em certo número de processos gerais: a expansão demográfica do século XVIII, ligada por sua vez à abundância monetária, ligada por sua vez ao aumento da produção agrícola segundo os processos circulares que os historiadores conhecem bem e que, por conseguinte, eu ignoro. Sendo tudo isso o marco geral, podemos dizer de uma forma mais precisa que o desbloqueio dessa arte de governar esteve ligado, penso eu, à emergência do problema da população. Ou digamos também, temos um processo bastante sutil, que precisaríamos tentar reconstituir em detalhe, no qual veríamos como a ciência de governo, o recentramento da economia em outra coisa além da família e, enfim, o problema da população estão ligados uns aos outros (FOUCAULT, 2008c, p. 137-138).

Apoiado nos expostos de Foucault no curso *"Segurança, Território e População"* (2008c), CandiOTTO evidencia que “O desbloqueio das artes de governar somente ocorrerá

quando os Estados terão que tomar como objeto precípua não a unidade do Território, mas a complexidade de uma População” (CANDIOTTO, 2010, p. 38). Nesta perspectiva, a estatística propiciada pela expansão demográfica do século XVIII será tida como uma ciência essencial para o governo:

Foi através do desenvolvimento da ciência de governo que a economia pôde recentrar-se num certo nível de realidade que caracterizamos agora como econômica, e foi também através do desenvolvimento da ciência que foi possível recortar o problema específico da população. [...] essa mesma estatística que, nos marcos do mercantilismo, nunca tinha podido funcionar, senão no interior, e de certo modo, em benefício de uma administração monárquica que funcionava, por sua vez na forma da soberania, essa mesma estatística vai se tornar o fator técnico principal, ou um dos fatores principais desse desbloqueio (FOUCAULT, 2008c, p.137 e 138).

Essa ciência permitirá então uma melhor compreensão dos fenômenos ao identificar a especificidade dos efeitos populacionais. Diante disso, a arte de governar superou a perspectiva de gestão da família, de modo que possibilitou o desbloqueio da arte de governar, uma vez que a família se apresenta agora como um segmento interno à população, ou seja, servirá de suporte para ações governamentais e não mais como elemento central. Nesse sentido, Foucault elucida que:

É um segmento, segmento simplesmente privilegiado porque, quando se quiser conter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar. Mas, de modelo, a família vai se tornar instrumento, instrumento privilegiado para o governo das populações e não modelo quimérico para o bom governo. Esse deslocamento da família do nível de modelo para o nível de instrumentação é absolutamente fundamental. E é de fato a partir de meados do século XVIII que a família aparece nessa instrumentalidade em relação à população: serão as campanhas sobre a mortalidade, as campanhas relativas ao casamento, as vacinações, as inoculações etc. (FOUCAULT, 2008c, p.139).

Tendo em vista que a população se torna então o principal objeto de atenção, de acordo com Foucault (2008c, p.140), a constituição de um saber de governo se constitui como inerente à constituição de um saber que repare os processos decorrentes desta população. Por consequência, observa-se que no desenvolvimento da economia política “o nascimento da economia política e o surgimento da população demarcam a passagem das artes de governar para a ciência política, das estruturas da soberania para as estruturas do governo (CANDIOTTO, 2010, p. 39)”. Portanto, a soberania passa a ser gradualmente atualizada para uma noção de governo. Todavia, Foucault discorre que “a soberania não é de forma alguma

eliminada pelo surgimento de uma nova arte de governar [...] o problema da soberania não é eliminado; ao contrário, é tornado mais agudo do que nunca” (FOUCAULT, 2008c, p. 142).

Estas considerações embasam os pensamentos do autor a respeito da sociedade moderna, de modo que se percebe a manutenção e a articulação de elementos como a disciplina, tendo em vista a importância que esta terá para a administração da população. De acordo com CandiOTTO:

Quando ele [Foucault] identificou a sociedade moderna como uma sociedade disciplinar, ele não afirmou o desaparecimento do *modus operandi* da soberania; igualmente, uma sociedade governamentalizada não vem substituir a sociedade disciplinar. Na sociedade do governo, as disciplinas serão reposicionadas. Se estas encontraram seu desenvolvimento nos séculos XVII e XVIII em escolas, ateliês, fábricas no âmbito das monarquias administrativas, agora elas serão muito valorizadas quando se trata de gerir a população, não como massa global, mas nos seus mínimos detalhes. Portanto, há a necessidade tanto de redimensionar a fundação da soberania quanto a questão das disciplinas. Poder-se-ia dizer que, no conceito de governamentalidade que Foucault se propõe a analisar, a soberania, as disciplinas e a gestão governamental estão articuladas (CANDIOTTO, 2010, p. 39).

Nesta perspectiva, o ideário de gerir a população reproduz problemas oriundos da soberania e intensifica o uso de disciplinas, de modo que Foucault (2008c, p. 143) identifica uma associação solidificada constituída pelo governo desde o século XVIII aos dias atuais, sendo ela: soberania, disciplina e economia política. Portanto, compreende-se que o campo que se dá o procedimento desenvolvido por Foucault com relação ao Estado e as táticas gerais de governamentalidade possui sentido eminentemente político, pois cada vez mais o Estado se organiza para a governamentalidade envolto da racionalidade que o rege.

De acordo com Lemke (2006, p. 9), o “ Estado, que até então havia representado um ponto de referência negativo em sua teoria [de Foucault], passou a ser o objeto central da análise”. À vista disto, a governamentalidade liberal e a neoliberal destacam-se como problematizações foucaultianas apresentadas no curso de 1978 e 1979. Alicerçadas nos escritos de Foucault (2008c, p. 156) que justificam a necessidade de estudo do conceito para melhor compreensão do Estado e da população, nos próximos tópicos abordaremos a governamentalidade neoliberal e sua crítica, objetivando demonstrar que Foucault estabelece análises significativas à época contemporânea.

CAPÍTULO II - A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E SUA CRÍTICA

Neste segundo capítulo, trataremos a respeito da governamentalidade neoliberal. Este capítulo está dividido em três seções, nas quais será abordada a crítica de Foucault, Dardot e Laval, e Wendy Brown ao neoliberalismo e aos desdobramentos da racionalidade neoliberal na modernidade.

2.1 Foucault e sua crítica ao neoliberalismo

Apesar de não respaldar suas análises no paradigma soberania-Estado, segundo Araújo (2020), Foucault oferece elementos para desvendar a microfísica do indivíduo enquanto sujeito das relações de poder que adquirem centralidade e forma política no Estado capitalista. O indivíduo é desvendado como este sujeito modelado subjetivamente e conduzido em suas condutas pela biopolítica, que tem suas formas de subjetivação determinadas pela lógica social da mercadoria, sob a racionalidade neoliberal. Como vimos, este processo se estabelece por meio de dispositivos que trabalham diretamente seus corpos.

Neste contexto, Foucault chama atenção para o fato de como as relações se reproduzem com a associação da vida ao jogo dos interesses dos indivíduos no mercado que vão incidir em uma governamentalidade neoliberal. Conforme ressalta Rios (2020), a biopolítica diz respeito, então, ao controle político da vida como gerenciamento dos indivíduos enquanto população, por meio da administração da saúde, da higiene, da sexualidade etc. Esse controle utiliza-se de uma série de procedimentos disciplinares que tem como foco o corpo do indivíduo. Assim, a racionalidade neoliberal engendra uma biopolítica capaz de intervir de modo imanente à vida das pessoas, propagando uma nova forma de governamentalidade (RIOS, 2020).

Em suas postulações, Foucault revisa o liberalismo clássico e considera que o neoliberalismo contemporâneo difere profundamente do liberalismo defendido por Adam Smith, evidenciando que para compreender essa distinção é necessário analisar as modificações que o pensamento liberal sofreu a partir da década de 1920, até se transformar em uma tendência global capaz de superar a teoria e dirigir-se às práticas de governo. O autor demonstra que a defesa de um modelo político e econômico de *laissez-faire*, que almejava a não-intervenção estatal, é substituída por uma emergência ao espontaneísmo. Pois, diferentemente do liberalismo clássico:

o problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata, portanto, de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, se referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado (...), isto é, saber até que ponto é em que medida os princípios formais de uma economia de mercado podiam ondear uma arte geral de governar, os neoliberais haviam sido obrigados a fazer o liberalismo clássico passar por certo número de transformações (FOUCAULT, 2008b, p. 181).

O ideário neoliberal defende que o mercado econômico não é por si só autorregulável, como prega o *laissez-faire*, precisando assim de uma política ativa, que possua dispositivos de vigilância para consigo mesmo e para com o outro. O espraiamento dessa racionalidade é demarcado em um momento de crise do liberalismo clássico, em que a crença de um mercado capaz de se regular sozinho é ameaçado, demandando intervenções na economia para superação do contexto entre as grandes guerras. O economista austríaco Friedrich Hayek foi um árduo defensor do livre mercado, e argumentou que o igualitarismo presente no período de Keynes e Beveridge provocava a destruição da liberdade dos cidadãos, defendendo que a desigualdade era um valor positivo e necessário naquela época. A chegada da grande crise do Estado de bem-estar social deu espaço para que as ideias neoliberais ganhassem força. Hayek afirma que as raízes da crise de 1973 eram decorrentes do poder excessivo dos sindicatos, e como solução seria necessária uma disciplina orçamentária através da contenção dos gastos com o bem-estar, de modo que a estabilidade orçamentária fosse o principal objetivo do governo.

Neste contexto, para analisar o êxito e a vitalidade do projeto neoliberal e seu impacto, a contribuição teórica dos estudos sobre a governamentalidade de Michel Foucault mostra-se imprescindível, à medida que ele posiciona tal contribuição na reflexão crítica acerca das práticas de governo modernas e dos seus desdobramentos na vida social. Foucault demonstra no curso intitulado *Segurança, território e população* (2008c) como a biopolítica faz parte de uma governamentalidade.

Por esta palavra, “governamentalidade” entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que

trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, que viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008a, p.143-144).

O conceito de governamentalidade permite-nos pensar acerca do governo dos corpos, de forma simultânea, seja na individualidade – através do poder disciplinar –, seja na gestão da população, por meio da biopolítica, que engendra o controle dos corpos, que não se daria apenas por parte do Estado, e sim também no próprio ambiente familiar, no trabalho, na escola etc., compondo uma complexa rede de relações sustentada por dispositivos políticos que têm como alvo central o controle da população. A governamentalidade é a possibilidade de naturalização desse processo de gestão econômica da sociedade civil pelo Estado, concomitantemente, o próprio Estado é racionalizado pela ambiguidade da responsabilidade de fornecer plenamente essa racionalidade para o corpo social, de modo que os sujeitos possuam a sensação de que estão agindo de forma livre e com base em seus próprios interesses, ao mesmo tempo em que ele precisa fazer isso de modo que a sua ação não seja perceptível.

Sabemos que o fascínio exerce hoje o amor pelo Estado ou o horror do Estado; como se está fixado no nascimento do Estado, em sua história, seus avanços, seu poder e seus abusos etc. Está supervalorizado do problema do Estado tem uma forma imediata, efetiva e trágica: o lirismo do monstro frio frente aos indivíduos; a outra forma é a análise que consiste em reduzir o Estado a um determinado número de funções, como por exemplo ao desenvolvimento das forças produtivas, reprodução das relações de produção, concepção do Estado que o torna absolutamente essencial como alvo de ataque e como posição privilegiada a ser ocupada. Mas o Estado – hoje provavelmente não mais do que no decurso de sua história – não teve esta unidade, esta individualidade, esta funcionalidade rigorosa e direi até esta importância. Afinal de contas, o Estado não é mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita que é importante para nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade, mas o que chamaria de governamentalização do Estado (FOUCAULT, 2008b, p.144-145).

A articulação dessas relações de poder, que ocorrem ao mesmo tempo de forma individualizante e totalizante, vem garantindo, desde o final do período medieval, a soberania política dos Estados. É importante frisar que Foucault não reduz o Estado à governamentalidade como seu único local de produção, pois a governamentalidade neoliberal é o que vem permitindo ao Estado Moderno a construção de um discurso naturalizante em que

se estabelece uma matriz de procedimentos de governo de si mesmo. Desse modo, o Estado só precisa “agir” quando essas ações individuais deixam de ser efetivas umas com as outras. Ou seja, a racionalização do Estado tem como fim o próprio Estado.

Em *O Nascimento da Biopolítica* (2008b), Foucault explora o neoliberalismo apoiado na vertente norte-americana, entretanto, estas considerações conservam-se válidas uma vez que o modelo apresentado pelo autor se tornou padrão a partir da chamada Escola de Chicago. Nesta perspectiva, Michel Foucault evidencia o fato de que o neoliberalismo americano possui um viés que supera a vertente econômica, de modo a produzir uma nova forma de subjetividade que atinge todos os níveis da sociabilidade, baseada em uma lógica empresarial e contrária à lógica democrática da cidadania social (ARAÚJO, 2020). Segundo Foucault,

O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais do que uma técnica dos governantes em relação aos governados. [...] É por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda. É também uma espécie de foco utópico sempre reativado. É também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica (FOUCAULT, 2008b, p.301).

Apoiado na teoria de Gary Becker, economista estadunidense, Foucault apresenta a teoria do capital humano como fundamental para a interpretação de uma nova subjetividade. Becker defendia que a economia política clássica era dependente da tripartição dos fatores de produção – terra, trabalho e capital –, considerando o trabalho como elemento excluído de exploração, de modo que este ampliava a produção apenas com o aumento de trabalhadores e o número de horas de trabalho disponível ao capital. Porém, a teoria que permeia o neoliberalismo depende do comportamento humano e de sua racionalidade. Nessa perspectiva, considerar o trabalho no campo da análise coloca o trabalhador como sujeito econômico ativo, determinado pela formação de um poder que sujeita os indivíduos à subjetivação da microempresa, de tal forma que o trabalhador incorpora o ideário e a mentalidade empresarial, passando a se reconhecer como “empresário de si mesmo”. Ao explorar o surgimento desse “novo poder”, Foucault conceitua que será uma força destinada ao controle dos indivíduos para os impulsionar às articulações de governo, almejando ajustá-los às relações de produções oriundas do Estado liberal.

O pensamento foucaultiano permite uma melhor compreensão a respeito das atuais formas de governo, uma vez que, em torno de uma defesa da “verdade”, são reproduzidas

ações autoritárias de segregação, monitoramento, gestão dos corpos e do desejo, no sentido de que os sujeitos são observados e orientados em torno de uma extração de suas subjetividades. Apesar de a análise do neoliberalismo apresentada no curso *Nascimento da Biopolítica* (2008b) não abarcar experiências políticas de implementação do ideário neoliberal, nele foram desenvolvidos textos e artigos que buscaram compreender a racionalidade neoliberal. Além do mais, seu curso em 1979, sobre o neoliberalismo, revela-se quase que premonitório, tendo em vista que um mês após o término do curso, Margareth Thatcher⁶ foi eleita primeira-ministra do Reino Unido.

2.2 Foucault em *A Nova Razão do Mundo*

Sabemos que Foucault se tornou referência incontornável para diversos estudiosos posteriores ao seu tempo, no que tange à crítica do neoliberalismo e a outras temáticas correlatas, a exemplo da abordagem realizada pelos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, que analisam o neoliberalismo sob uma embocadura fortemente influenciada pelos conceitos foucaultianos, com destaque para a questão da governamentalidade – motivo pelo qual elencamos a obra *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (DARDOT; LAVAL, 2016) como *corpus* teórico desta exposição. Obviamente, a dupla francesa tem como principal credora, no que se refere à tese do neoliberalismo como uma racionalidade, a cientista política Wendy Brown, enquanto formuladora da chave de leitura foucaultiana desenvolvida por eles na referida obra – o que pretendemos abordar a partir daqui.

Originalmente publicada na França em 2009, a obra intitulada *A nova razão do mundo: um ensaio sobre a sociedade neoliberal* (DARDOT; LAVAL, 2016) apresenta uma análise que tem seu ponto de partida na constatação e na demonstração de que, conforme ressalta Araújo (2021), para além de uma doutrina econômica ou de uma ideologia, o neoliberalismo se constitui como uma racionalidade que rege a forma de os indivíduos vivenciarem o conteúdo de todas as esferas das relações sociais, modelando os sujeitos em suas condutas e práticas discursivas.

E mais: ao contrário do coro de autores que apontaram que as sucessivas crises que marcaram os anos 1960/70 levariam ao fim do neoliberalismo – formulação apontada pelos franceses como um “erro de diagnóstico” –, para Dardot e Laval, estas crises levaram a uma

⁶ Conhecida como a “dama de ferro”, Thatcher foi a primeira-ministra a dar início a uma política neoliberal; seu governo durou mais de uma década sendo reconhecido pela privatização de grande parte do setor público e pelo frequente combate ao movimento sindical.

nova etapa na qual o neoliberalismo se fortalece como um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

A obra oferece subsídios, apoiados nas análises foucaultianas, para uma análise crítica claramente devedora das chaves de leitura foucaultianas; o que é possível comprovar já nas primeiras páginas, quando os autores argumentam que o neoliberalismo não pode ser reduzido a uma cartilha econômica, tendo em vista que ele:

[...] produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos do que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da modernidade. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Dividido em nove capítulos, o ensaio – como se autointitula a obra – também separa-se em duas seções: a primeira intitula-se *Refundação Intelectual*, na qual analisam o processo de formação do neoliberalismo no debate historicamente acumulado, envolvendo desde a crise do liberalismo, até o surgimento do chamado “homem empresarial”, passando por exaustiva discussão acerca do Colóquio de Walter Lippman e do ordoliberalismo; a segunda seção denomina-se *A Nova Racionalidade*, e nela os autores, a partir de uma análise das origens ordoliberais da formação social europeia no pós-guerra, apresentam a questão do “governo empresarial” e da “fábrica do sujeito neoliberal” como pressupostos de um diagnóstico de esgotamento da democracia liberal.

Dardot e Laval (2016) apontam que para entender o neoliberalismo são necessários o resgate e a compreensão da natureza do seu projeto social no que se refere à questão do poder e do próprio Estado, porém não a partir deste, mas a partir daquilo que acontece na sociedade, sobretudo no que tange aos processos de subjetivação capazes de modelar e conduzir as condutas dos indivíduos em suas relações sociais concretas. Em face disto, o ponto de partida da investigação dos autores é a crise do liberalismo, ou seja, a crise da governamentalidade

liberal, mas não para defender alguma concepção do neoliberalismo enquanto ressurgimento da cartilha liberal. Não se trata mais de o compreender como reavivamento das antigas fórmulas do liberalismo, o que, para o leitor mais atento, se torna inevitável a associação com um diagnóstico certo apresentado por Foucault em *Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2020, p. 155).

Pois não nos iludamos, o neoliberalismo actual não é de todo, como se lê muitas vezes, o ressurgimento, a recorrência de velhas formas de economia liberal, formuladas nos séculos XVIII e XIX, e que o capitalismo agora reactivaria, por razões que se prenderiam tanto com a sua impotência, com as crises que atravessa, com certo número de objectivos políticos ou mais ou menos locais e determinados. De facto, o que está em causa neste neoliberalismo actual, quer se considere a forma alemã [...] ou a forma americana [...], é algo muito mais importante. O que se trata é de saber se, efectivamente, uma economia de mercado pode servir de princípio, de forma e de modelo para um Estado, [dos] defeitos do qual actualmente, tanto à direita como à esquerda, por uma ou outra razão, toda a gente desconfia.

Nos termos de Michel Foucault, este processo no período que durou de 1880 a 1930, mais especificamente no contexto de crise, atingiu a economia global responsável pela segmentação de duas correntes contrárias ao totalitarismo: a do “novo liberalismo” e a do “neoliberalismo” propriamente dito. Esta crise produziu efeitos que são perceptíveis nas mudanças e transformações que a sociedade passou nas últimas décadas, sobretudo no campo dos processos de subjetivação.

O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais. Além disso, devemos deixar claro que esse sistema é tanto mais “resiliente” quanto excede em muito a esfera mercantil e financeira em que reina o capital. Ele estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade “contábil” pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 27).

Segundo eles, mesmo que ambas as correntes supramencionadas tenham sido associadas inicialmente ao liberalismo, elas apresentaram inúmeras diferenças. O “novo liberalismo” teve como destaque a teoria econômica de Keynes, o que incidiu em leis de proteção do trabalho, políticas sociais e outras medidas que demonstravam medidas de abstenção de interesses individuais para proteger o interesse coletivo. O keynesianismo apresentava em seus preceitos a defesa da intervenção estatal, a introdução de benefícios sociais para a população de baixa renda, a fim de garantir um sustento mínimo, juntamente

com a redução da taxa de juros e o aumento do gasto público como formas de estimular o consumo visando garantir o pleno emprego.

O “novo liberalismo”, do qual uma das expressões tardias e mais elaboradas no plano da teoria econômica foi a de Keynes, consistiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma “sociedade de liberdade individual”, em proveito de todos. (...) a realização dos ideais do liberalismo exige que se saiba utilizar meios aparentemente alheios ou opostos aos princípios liberais para defender sua implementação: leis de proteção do trabalho, impostos progressivos sobre a renda, auxílios sociais obrigatórios, despesas orçamentárias ativas, nacionalizações. Mas, se esse reformismo aceita restringir os interesses individuais para proteger o interesse coletivo, ele o faz apenas para garantir as condições reais de realização dos fins individuais (DARDOT; LAVAL, 2016, p.69).

Já o neoliberalismo se reproduz por meio de mecanismos bem distintos e mais profundos, com foco no indivíduo definido socialmente no e pelo “homem empresarial”, de maneira que o sujeito passa a se constituir e se reconhecer como uma empresa e, portanto, neste sentido, deve gerir sua força de trabalho como um “capital”, de modo a ser “produtivo”. Deste modo, o sistema normativo neoliberal estende-se a todo corpo das relações sociais, políticas, culturais etc., na forma de uma racionalidade empresarial que modela os indivíduos em sujeitos empresariais. Essa realidade fomenta e promove a rivalidade e a competição, atenuando ainda mais as exclusões existentes, conforme destacou Foucault, mais uma vez, em *Nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2020, p. 191):

A sociedade regulada pelo mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias, antes os mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter a maior superfície e espessura possíveis, que devem também ocupar o maior volume possível na sociedade. Ou seja, aquilo que se procura obter não é uma sociedade sujeita ao efeito-mercadoria, mas sim uma sociedade sujeita à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade de supermercado, mas uma sociedade de empresa. O *homo economicus* que se pretende reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor; é o homem da empresa e da produção.

Assim, observa-se a construção de uma subjetividade de concorrência, mas de modo algum uma concorrência saudável, e, muito pelo contrário, uma concorrência regida pelo espírito da rivalidade.

Embora se considere típica de uma política neoliberal a construção de uma situação econômica que a aproxime do cânone da concorrência pura e perfeita, há outra orientação, talvez mais disfarçada ou menos imediatamente perceptível, que visa a introduzir, restabelecer ou sustentar dimensões de rivalidade na ação e, mais fundamentalmente, moldar os

sujeitos para torna-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p.136).

O objetivo é “fazer o indivíduo interiorizar as normas de desempenho e às vezes, mais do que isso, fazer com que o avaliado seja o produtor das normas de servidão para julgá-lo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 314). É precisamente nesta análise foucaultiana que encontramos os fundamentos credores da análise de Dardot e Laval. Afinal, ao perceber que a “arte neoliberal de governar” (FOUCAULT, 2020, p. 191) não se tratava mais de resgatar a sociedade mercantil tradicional, Foucault analisa de forma certa a essência desse movimento que Dardot e Laval denominam como “a grande virada”:

[...] se existe algo como retrocesso na política neoliberal, não é certamente o regresso a uma prática governamental do *laissez-faire*, não é certamente o regresso a uma sociedade mercantil como Marx denunciava no início do livro I de *O Capital*. Aqui a que se tenta regressar é uma espécie de ética social da empresa (FOUCAULT, 2020, p. 191).

Seguindo esta lógica, os autores explanam como exemplo da materialização da extensão dessa racionalidade neoliberal o conceito do homem-empresa, tendo em conta o fenômeno da “uberização” do trabalho, a qual é caracterizada como uma realidade em que o trabalho de muitas pessoas é mediado pela combinação de aplicativos digitais com a ideologia empreendedora. Desta forma, a atividade desses profissionais torna-se autônoma e isenta de direitos e garantias trabalhistas, envolta por uma compensação ilusória da liberdade do dispêndio ao trabalho. Em entrevista recente, Christian Laval (2019) afirma:

Estamos lidando com um novo “capitalismo de plataforma”, cuja característica histórica é explodir a forma salarial da relação entre capital e trabalho, privilegiando a missão, a operação, a corrida, ou seja, microtarefas pagas por unidade e pelas quais a plataforma cobra uma comissão. É o novo mundo dos proletários sem segurança, transformados em “autoempreendedores” superexplorados, e tendo como compensação apenas a liberdade ilusória de trabalhar à vontade. [...] Isso permitiu sua concretização econômica e sua sistematização social. Por racionalidade empreendedora, não queremos dizer apenas um conjunto coerente de ideias, mas um conjunto de questões teóricas e práticas reais que orientam a conduta. A uberização é, portanto, um dos meios pelos quais essa racionalidade se estende, e agora afeta, nos países desenvolvidos, as frações jovens das classes trabalhadoras que nunca conheceram uma condição salarial relativamente protegida por leis trabalhistas e sindicatos (DIGILABOUR, 2019, s/p).

A estruturação desta teologia do Estado concretiza-se para além da reestruturação da produção e organização do trabalho. É a transformação no conteúdo e na forma das relações

sociais, a fim de superar o aspecto econômico, ingerindo-se nos diversos aspectos da sociedade humana. O neoliberalismo é tido então como uma nova razão do mundo, ou seja, como um modo específico de racionalidade, que transforma radicalmente a governança, o significado e a relação entre público e privado, convertendo o próprio Estado em uma empresa, sendo garantidor da individualidade e da sociedade competitiva que assim o precede. Chegamos ao ponto central da análise realizada por Dardot e Laval, que pode ser assim resumido: as transformações neoliberais na estrutura de toda sociabilidade contemporânea só são possíveis mediante a transformação da subjetividade, ou ainda, dos processos de subjetivação que modelam e conduzem as condutas dos indivíduos em sociedade.

O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria razão. Assim, políticas muito semelhantes podem moldar-se nas mais diversas retóricas (conservadoras, tradicionalistas, modernistas, republicanas, conforme a situação e o caso), manifestando desse modo sua extrema plasticidade. Dito de outra maneira, a dogmática neoliberal apresenta-se como uma pragmática geral, indiferente às origens partidárias. A modernidade ou a eficácia não são de direita nem de esquerda, segundo dizem os que “não fazem política”. O essencial é que “funciona”, como dizia com frequência Tony Blair. É isso também que nos permite avaliar as diferenças entre o período militante do neoliberalismo político de Thatcher e Reagan e o período gestor, no qual se trata apenas de “boa governança”, “boas práticas” e “adaptação à globalização”. (...) Em resumo, a grande vitória ideológica do neoliberalismo consistiu em “desideologizar” as políticas seguidas, a ponto de não serem sequer objeto de debate (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242).

Esta racionalidade é então reproduzida pela lógica da concorrência, de forma que os autores identificam os encadeamentos oriundos desta “nova razão do mundo”, na qual e por meio da qual as atividades exercidas pela força de trabalho assemelham-se à produção empresarial, regida pela tendência da lucratividade individual. Todo este processo aponta para aquilo que eles denominam como uma “era pós-democrática”. Neste sentido, os direitos conquistados por meio de muita luta apresentam-se constantemente ameaçados, visto que a disseminação de padrões concorrenciais reduz as liberdades públicas, tornando-se a maior ameaça a efetivação de qualquer liberdade possível em uma sociedade que se pretende livre sob a lógica democrática da cidadania social. No campo das relações de trabalho temos o exemplo concreto da uberização, fenômeno caracterizado por uma relação de “trabalho livre”, de natureza informal e flexível que incide na precarização do trabalho; ou seja, livre de direitos e proteção social; livre de previdência, regulamentação trabalhista; livre de salário.

Neste contexto, o Estado assume a tarefa de produzir normas cotidianas de identidade e conduta que endossam, sob a normatividade jurídica-institucional sancionada no e pelo poder estatal, o sujeito como capital humano, ao mesmo tempo que define todo tipo de atividade humana a partir do ideário do empreendedorismo e da concorrência, orientado por uma lógica individualista antitrabalhistas e ausente de qualquer espírito de coletividade. Sendo assim, a lei assume um papel tático para a concretização e espraiamento de uma nova racionalidade governamental através da naturalização do autoinvestimento racional e responsabilização individual.

A desconfiança como princípio e a vigilância avaliativa como método são os traços mais característicos da nova arte de governar os homens. O espírito gerencial que a alma impõe-se em detrimento dos valores hoje desqualificados do serviço público e da dedicação dos agentes a uma causa geral que está acima deles. [...] A partir do momento que o postulado da nova gestão específica que não se pode mais confiar no “indivíduo comum”, intrinsecamente privado de qualquer apego a um “espírito” público e de qualquer adesão a valores que lhe seriam exteriores, a única solução é o controle e o “governo à distância” dos interesses particulares. Quer se trate de equipe hospitalar, juizes ou bombeiros, os motivos e os princípios de sua atividade profissional são concebidos apenas do ângulo dos interesses pessoais e corporativos, negando-se, assim, qualquer dimensão moral e política de seu compromisso com uma profissão que repousa sobre valores próprios. A desconfiança caracteriza ainda a relação entre as instituições públicas e os sujeitos sociais e políticos, que também são vistos como “oportunistas” em busca da máxima vantagem pessoal, sem nenhuma consideração pelo interesse coletivo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 320).

Esta fusão entre, de um lado, Estados e iniciativa privada, e, de outro, a exacerbação da concepção do homem empreendedor de si mesmo, produz um esvaziamento do poder de barganha coletivo da sociedade civil organizada na defesa do trabalho, a exemplo do estratégico desmonte do sindicalismo, uma das principais bandeiras neoliberais. Surge, assim, uma contradição: se, por um lado, na contemporaneidade, a ausência de direitos sociais e trabalhistas, bem como a desresponsabilização do Estado diante da sociedade foram motivos de grandes tensões sociais, de modo que fez surgir, sob a lógica democrática da cidadania social, a organização dos trabalhadores na luta por esses direitos, por outro lado, nos dias atuais, o neoliberalismo elimina os últimos traços da formulação republicana clássica de cidadania e da democracia como engajamento político nas lutas trabalhistas e sociais.

2.3 Wendy Brown: Análise feminista do neoliberalismo apoiada em Foucault

“Governados por coleções de máximas normativas, vulneráveis aos perigos da vida e prontos a legitimar sacrifícios”.

Wendy Brown⁷

Wendy Brown, filósofa e professora de ciência política da Universidade da Califórnia em Berkeley, considerada uma das principais pensadoras da política na atualidade, há algum tempo vem se destacando por sua crítica ao cenário mundial no que tange às transformações do capitalismo e da democracia. Brown investiga o neoliberalismo contemporâneo das últimas três décadas, tendo em conta o pensamento de Michel Foucault como um guia inicial para as suas análises. Nesta direção, por meio de estudo sincrônico com a exposição realizada até aqui, nesta seção, iremos nos debruçar sobre duas de suas obras – sem grandes pretensões, leia-se, de maneira apenas introdutória dentro dos limites e possibilidades decorrentes da própria natureza desta exposição: primeiramente, discutiremos alguns elementos do ensaio intitulado *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade* (2018), em seguida, abordaremos também uma das suas obras mais recentes traduzidas no Brasil, *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente* (2019).

Em *Cidadania sacrificial*, Brown apresenta-nos como o sujeito que está inserido em uma economia neoliberal será convertido em capital humano, de modo que sua subjetividade será modelada de maneira a produzir condutas que determinam a sua vida como parte de um investimento, sob o espírito neoliberal da concorrência e da lucratividade. Sendo assim, o sujeito passa a reconhecer a si mesmo e aos outros, não mais como trabalhador ou trabalhadora portadora de direitos, mas exclusivamente como uma empresa, de maneira que a essa lógica empresarial passa a modelar, integralmente, os processos de subjetivação que formam os indivíduos como sujeitos em uma sociedade. E mais: tudo isto sob a defesa neoliberal de uma noção a “liberdade”.

Em sua análise, Brown demonstra que, sob a racionalidade neoliberal, ocorre a inversão daquilo que historicamente foi construído como ideal de liberdade desde as três grandes revoluções democráticas (inglesa, americana e francesa), tendo em vista que a concepção de liberdade neoliberal se realiza como liberdade para não mais se reconhecer enquanto parte de uma coletividade constituída por direitos e deveres. Consequentemente, essa concepção econômica e ideológica torna todo o corpo social vulnerável à ordem capitalista, ao mesmo tempo que “transforma o próprio Estado em empresa, produz normas cotidianas de identidade e conduta que configuram o sujeito como capital humano, e define

⁷ Cf. BROWN, 2018, p.7.

todo tipo de atividade humana em termos de autoinvestimento racional e empreendedorismo” (BROWN, 2018, p. 15). Valores como igualdade e liberdade são substituídos pela lógica da concorrência e do “merecimento social”, leia-se, meritocracia. Toda a sociedade estará “livre de direitos”, leia-se, privada do acesso a direitos básicos de proteção social, por meio da implantação de mecanismos que orientam as condutas e controlam toda a população de modo muito próximo daquilo que em Foucault identificamos na biopolítica.

[...] enquanto a racionalidade neoliberal refaz o sujeito humano como partícula do capital, há uma passagem, da crua abordagem anterior do ser humano como maximizador de interesses, para a formulação do sujeito ao mesmo tempo como membro de uma empresa e como sendo ele mesmo uma empresa – apropriadamente conduzido, em ambos os casos, por estratégias de “governança” aplicáveis a empresas (BROWN, 2018, p. 7).

O indivíduo atribui a si mesmo a figura de “capital humano”, consolidando assim a naturalização das condutas de competitividade e merecimento de modo unilateral e totalizante. Em conformidade com isso, “a liberdade é reduzida ao direito ao empreendedorismo e sua crueldade, e a igualdade dá lugar a mundos ubiquamente competitivos de perdedores e vencedores” (BROWN, 2018, p. 8-9).

Consumo, educação, capacitação e escolha de parceiros são configurados como práticas de investimento em si mesmo, sendo o “si mesmo” uma empresa individual; e tanto o trabalho quanto a cidadania aparecem como modos de pertencimento à (equipe da) empresa na qual se trabalha ou à nação da qual se é membro (BROWN, 2018, p.6).

O projeto neoliberal dissolve toda e qualquer noção de coletividade na conduta da empresa individual, que coloca os indivíduos à deriva da própria sorte e “empenho”, sendo responsabilizados por seus fracassos ou vitórias. Claramente alinhada com a análise foucaultiana, a autora resgata o argumento de que o neoliberalismo, para além de apenas um modelo de produção econômica, é também, e sobretudo, um modo de produção de condutas e valores.

O neoliberalismo é muito mais do que políticas econômicas e a ideologia de livre mercado que as acompanha. A desregulamentação, o dismantling de indústrias e bens públicos, a substituição da tributação progressiva por políticas regressivas ou reduções de impostos – tudo isso são fundamentos da prática econômica neoliberal (BROWN, 2018, p. 14).

Wendy explora a análise de como as dominações dos processos de subjetivação recaem ainda mais sobre as mulheres, na esteira da hegemonia neoliberal. Mais uma vez, a análise foucaultiana guarda a premissa que embasa Brown, ou seja, a leitura do neoliberalismo como uma racionalidade política que orienta a sociedade a partir de uma

lógica empresarial moldando a subjetividade e conduzindo as condutas que determinam as relações sociais como um todo. Neste contexto, Brown identifica a emergência de compreender o papel do conservadorismo e as ondas antidemocráticas, destacando o governo do Presidente Trump. Brown evidencia a ameaça aos pilares democráticos e incentivo à competição, de modo que a desigualdade é encarada como natural e como um elemento necessário. Para a autora, as empresas financiadas substituem a soberania política transformando o sujeito de interesse em um capital que necessita de mecanismos para garantir investimento e, conseqüentemente, lucratividade. Segundo ela:

Não mais os cidadãos são os elementos constitutivos mais importantes da soberania, membros públicos, ou mesmo portadores de direitos. Agora, como capital humano, eles podem contribuir ou pesar para o crescimento econômico; eles podem ser investidos ou desinvestidos, dependendo do seu potencial para o crescimento do PIB (BROWN, 2017, p. 110).

Brown traz contribuições inéditas para o campo da crítica social do neoliberalismo, sobretudo quando relacionado às mulheres, uma vez que, segundo seus apontamentos, historicamente, o sujeito político é associado à figura masculina. Muitos pensadores, não raro, associam o dito sujeito como um elemento neutro, entretanto, mediante as concepções de gênero, percebemos que este é um mecanismo de ocultação da imagem feminina na esfera pública. De acordo com a autora:

Quando o *homo economicus* se torna normativo em todas as esferas, e a responsabilização e apreciação do capital humano se torna a verdade governante da vida pública, da vida social, da vida do trabalho, do bem-estar, da educação e da família, há duas possibilidades para aquelas posicionadas como mulheres na divisão sexual do trabalho da qual a ordem neoliberal continua a depender e a reproduzir. Ou as mulheres alinham suas próprias condutas a essa verdade, tornando-se *homo economicus*, e neste caso o mundo se torna inabitável, ou as atividades e comportamentos das mulheres como femina doméstica permanecem como a cola inconfessa de um mundo cujo princípio de governo não pode mais mantê-lo coeso, e neste caso as mulheres ocupam seu antigo lugar como suportes e suplementos aos sujeitos liberais masculinistas (BROWN, 2017, p. 104- 105).

O problema em questão começa precisamente no e pelo fato de que as condições reproduzidas pela lógica neoliberal intensificam opressões historicamente vivenciadas pelas mulheres. As desigualdades de gênero são fortalecidas e o descaso estatal de suporte e atenção às famílias sobrecarregam ainda mais o trabalho não pago exercido pelas mulheres, realidade observada com a privatização e perda de verbas de setores que assistiam a questão do cuidado, tais como creches, educação básica, atenção aos idosos, dentre outras. Desta

maneira, a responsabilidade do cuidado concerne de maneira silenciosa e violenta unicamente às mulheres, visto que estas atividades domésticas e as atribuições com o trabalho remunerado se aglutinam no cotidiano delas, acarretando a elas sobrecarga física, intelectual e psíquica. De acordo com Brown:

A persistente responsabilidade das mulheres em prover cuidados de todo tipo, dentro e fora da esfera doméstica, significa tanto que as mulheres requerem a infraestrutura social visível que o neoliberalismo almeja dismantelar por meio das privatizações, quanto são a infraestrutura invisível que sustenta um mundo de capitais humanos supostamente autoinvestidos. (...) Quando o *homo economicus* se torna a verdade governante, quando organiza o direito, as condutas, a política e os arranjos cotidianos, o fardo sobre e a invisibilidade das pessoas e práticas excluídas são intensificados (BROWN, 2017, p. 106-107).

Percebe-se, portanto, que a invisibilidade histórica do trabalho feminino na esfera da reprodução social é ainda mais agravada sob a racionalidade neoliberal. Em outras palavras, a invisibilidade histórica do trabalho doméstico é incorporada estrategicamente pelo neoliberalismo, atingindo tanto zonas rurais quanto urbanas, a partir da desvalorização de grande parte deste trabalho, considerando-o como atividade não produtora de riqueza. As mulheres que não exercem atividades fora do lar não são consideradas como trabalhadoras, e aquelas que enfrentam o mercado de trabalho ainda são as integrantes da família que detêm a maior responsabilidade sobre os afazeres domésticos. Sabemos que no campo da teoria social crítica:

A questão do trabalho doméstico é dilemática para o feminismo: ao mesmo tempo que precisa ser reconhecido em seu valor social e econômico e como trabalho, não se pode perder de vista o fato de ser um trabalho “delegado” exclusivamente às mulheres, que toma do seu “tempo para si” e que está na base das desigualdades de poder e na dificuldade em se constituírem enquanto sujeito (SILVA; ÁVILA; FERREIRA, 2005. p.36).

Nesta perspectiva, são acirradas diversas discrepâncias com relação a gênero, classe e raça. A hierarquia persiste determinando socialmente os papéis sexuais, e a subordinação feminina se atualiza de modo ainda mais violento no contexto neoliberal. Para Wendy Brown, na racionalização cuja lógica está baseada no empreendedorismo individual e na competição, a invisibilidade do trabalho feminino tende a ficar cada vez mais forte.

A sociedade neoliberal apropria-se da vida das mulheres, seja reproduzindo estratificações por sexo e contradições atinentes à própria morfologia do trabalho, ou ainda, invisibilizando suas atividades. Essas determinações são fundamentais para a reprodução da razão neoliberal, pois através delas o mercado garante maior lucratividade e competição entre

os indivíduos, de maneira que grande parte do trabalho não seja contabilizado pelo capital. Percebe-se, portanto, o quanto o atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista é dependente das estratégias neoliberal e o motivo pelo qual o discurso que orienta as atividades domésticas ao trabalho feminino é fortemente propagado por personalidades conservadoras, reacionárias e defensoras de um suposto liberalismo que, desmistificado, se revela como uma racionalidade política contrária à lógica democrática liberal da cidadania social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem qualquer pretensão de estabelecer postulados definitivos, este trabalho oferece ao leitor uma aproximação crítica introdutória entre, de um lado, a discussão foucaultiana do poder na sociedade capitalista sob a perspectiva da biopolítica e da governamentalidade e, de outro, a crítica contemporânea do neoliberalismo como uma racionalidade política. Portanto, o objetivo aqui foi sobretudo demonstrar cientificamente a necessidade urgente e negociável de, não apenas fazer a crítica teórica da racionalidade neoliberal, mas sobretudo produzir uma práxis política contra os valores neoliberais e sua cartilha econômica, e a favor da democracia e da lógica democrática da cidadania social, conforme ressaltam Christian Laval e Pierre Dardot:

O fundamental é compreender que nada pode nos eximir da tarefa de promover outra racionalidade. É por isso que a crença de que a crise financeira anuncia por si só o fim do capitalismo neoliberal é a pior das crenças. (...) No fundo, é a forma menos aceitável de renúncia intelectual e política. O capitalismo neoliberal não cairá como uma “fruta madura” por suas contradições internas, e os *traders* não serão a contragosto os “coveiros” inopinados desse capitalismo. (...) Cabe a nós permitir que um novo sentido do possível abra caminho. O governo dos homens pode alinhar-se a outros horizontes, além daqueles da maximização do desempenho, da produção ilimitada, do controle generalizado. Ele pode sustentar-se num governo de si mesmo que leva a outras relações com os outros, além daquelas da concorrência entre “atores empreendedores”. As práticas de “comunicação” do saber, de assistência mútua, de trabalho cooperativo podem indicar traços de outra razão do mundo. Não saberíamos designar melhor essa razão alternativa senão pela razão do comum (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 402).

Para tanto, iniciamos investigando historicamente a questão do poder, tendo em vista que Foucault aborda esta problemática de maneira a oferecer uma concepção inovadora à sua época. Para o filósofo, o poder não é algo centralizado no Estado, mas se constitui por meio das relações e das formas de sujeição que o reproduzem de maneira microfísica. Em seguida, formulamos uma síntese conceitual decorrente de pesquisa bibliográfica da categoria biopoder enquanto o “poder sobre a vida”, discutindo o corpo dos indivíduos como alvo do poder disciplinar. A partir disto, o estudo das relações de poder com enfoque nas categorias biopolítica e governamentalidade mostrou-se fundamental para a compreensão dos mecanismos necessários à desejada aproximação teórica realizada neste trabalho, isto é, com a crítica ao neoliberalismo formulada pelos franceses Christian Laval e Pierre Dardot.

Para além de ações direcionadas unicamente ao corpo individual, o inventário genealógico de Foucault apresenta-nos a emergência da compreensão do controle dos indivíduos enquanto população por meio da biopolítica, que consiste na intervenção sobre as massas a partir da utilização de diversos saberes a respeito dos processos biológicos que determinam cada indivíduo. Dessa forma, o foco recai sobre a população, moldada em torno de uma governamentalidade. Nesta perspectiva, no neoliberalismo, a biopolítica e a governamentalidade são apresentadas como mecanismos capazes de modelar as subjetividades e conduzir as condutas do corpo social, de modo que o Estado se utiliza delas para a reprodução da racionalidade neoliberal. Sendo assim, a governamentalidade neoliberal consolida-se contra a lógica democrática da cidadania social. Sendo assim, a governamentalidade neoliberal consolida-se contra a lógica democrática da cidadania social. Neste contexto, enquanto a cartilha econômica do neoliberalismo alinha a política monetária e fiscal às necessidades da financeirização e desmonte do Estado, por outro lado, a racionalidade neoliberal modela os processos de subjetivação, de modo a produzir o sujeito empresarial sob a ética do empreendedor de si mesmo.

Desse modo, ao aproximarmos a análise foucaultina, de maneira a resgatar também as contribuições da cientista política Wendy Brown, conseguimos compreender melhor os fundamentos teórico-metodológico dos quais dimana a profícua análise dos franceses Dardot e Laval. O diagnóstico é certo e mantém-se válido: a lógica do mercado estendeu-se para todas as esferas da existência humana, revelando-se muito mais do que uma ideologia ou um projeto de governo. É mais complexo: a questão é que os processos de subjetivação da concorrência e da responsabilidade de si se tornam hegemônicos, de maneira que surge um sujeito que na experiência social se encontra desprovido de qualquer noção ético-política de coletividade orientada pela lógica democrática da cidadania. Neste sentido, seguindo as postulações de Wendy Brown, abordamos a questão do trabalho da mulher, de modo a considerar que com a racionalidade neoliberal, são aguçadas as discrepâncias de gênero observadas em sociedade. Contudo, mesmo diante da barbárie instalada, Dardot e Laval anunciam a possibilidade concreta de um projeto político alternativo, a partir do princípio político do comum (DARDOT; LAVAL, 2017) como questão central na discussão de uma alternativa política para o século XXI, tendo em vista que, apesar da gravidade do diagnóstico hodierno, não podemos cair no fatalismo de aceitar o neoliberalismo como o destino final das sociedades humanas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira. **Neoliberalismo: Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade**. Novos estudos CEBRAP: São Paulo, 2019.

ARAÚJO, Wécio Pinheiro. Estado, ideologia e luta de classes no capitalismo contemporâneo. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S.; SILVA SOBRINHO, Helson F. da. (org). **Ousar se revoltar**. Campinas: Pontes Editores, 2021, p. 113-134.

ARAÚJO, Wécio Pinheiro. Lawfare e a relação entre neoliberalismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. In: FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer; CITTADINO, Gisele; et. al. (org.). **Lawfare: o calvário da democracia brasileira**. Andradina: Editora Meraki, 2020, p. 219-246.

BAZZICALUPO, Laura. **Biopolítica: um mapa conceitual**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Politéia, 2019.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial. Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Tradução Juliane Bianchi Leão. Pequena biblioteca de ensaios. Rio de Janeiro: Zazie edições. 2018.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. Cambridge: Zone Books, 2017.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos autores**. Tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica. Editora, 2009.

CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira; FURTADO, Rafael Nogueira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, p. 34-44, dezembro, 2016.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade em Foucault: da analítica do poder à ética da subjetivação. **O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 21, n. 31, feb. 2012, p. 91-108. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/363>. Acesso em: 06 abr. 2021

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 33-43, jan/abr 2010.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault The Sense of Biopolítica in Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, Porto Velho, n. 4, 2010. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2357/1630> Acesso em: 17. Mar. 2020

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies, no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza**. Porto: Lello & Irmão Editores, 2003.

DIGILABOUR, Laboratório de Pesquisa. **A uberização é uma extensão da racionalidade empreendedora: entrevista com Christian Laval**. Outubro, 2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2019/10/04/a-uberizacao-e-uma-extensao-da-racionalidade-empredora-afirma-laval/>. Acesso em 19 mai. 2022.

DINIZ, Francisco Rômulo Alves; OLIVEIRA, Almeida Alves. **FOUCAULT: DO PODER DISCIPLINAR AO BIOPODER**. Disponível em: http://www.faculdade.flucianofejao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2_N3/FRANCISCOMULUALVESDINIZ.pdf. Acesso em: 07 de julho de 2020.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no *Collège de France* (1975-1976). Tradução Maria Ermanita Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017 (Coleção Biblioteca de Filosofia).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão teórica Roberto Machado. 11ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no *Collège de France* (1978 - 1979). São Paulo.: Martins Fontes, 2008.(Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso dado no *Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008c (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhte. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GALETTI, Camila. **Resenha de Nas ruínas do neoliberalismo**. Blog do Sociofilo [blogdosociofilo.com]. Abril, 2020. Labemus. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2020/04/Resenha-Wendy-Brown.pdf>. Acesso em 20 de Março de 2022.

GUANDALINI, Bruno; TOMIZAWA, Guilherme. Mecanismo Disciplinar de Foucault e o Panóptico de Bentham na era da Informação. **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba, ano IV, n. 9, jan/jun 2013. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima9/anima9-jan-jun2013-Integral-e-final.pdf#page=23>. Acesso em: 07 de julho de 2020.

LEITE, Bruna dos Santos. **Michel Foucault: a produção de “verdades” sobre o corpo na modernidade**. XVIII Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS. Pelotas, 2020.

LIMA, Bruno Reikdal. Neoliberalismo: uma crítica a seus pressupostos antropológicos. **Controvérsia**, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 03-25, set-dez. 2019.

RIOS, Thamires Araújo. **A sexualidade em Michel Foucault e na formação social brasileira: uma possível aproximação crítica**. João Pessoa: Abril, 2020.

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Orgs.) **Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.